

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR ANTÔNIO RENATO ALVES
RAINHA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - TCDF**

Processo nº 00600-00007211/2020-57-e

RODRIGO PASTOR DA SILVA MENDONÇA, parte devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, através de sua advogada que subscreve à presente, com base no art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1, de 09 de maio de 1994, e Regimento Interno desta Corte de Contas, apresentar suas

ALEGAÇÕES DE DEFESA

em face ao teor da **Decisão nº 3258/2021**, aduzindo para tanto o seguinte:

I- DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do art. 170 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, *“a contagem dos prazos será suspensa no período compreendido entre 16 de dezembro e 14 de janeiro, salvo se houver expressa decisão em contrário”*.

No caso em tela o Defendente recebeu a citação no dia 01/12/2021, portanto, considerando o prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da citação, o disposto nos artigos 168 e 169 do mesmo regimento, bem como a

suspensão da contagem dos prazos acima apontada, resta tempestiva a presente, pois o prazo finda em 28/01/2022.

II- DOS FATOS

Trata-se de Tomada de Contas Especial – TCE instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF para apurar suposto prejuízo decorrente do emprego de recursos públicos no custeamento do Curso de Habilitação de Oficiais da Saúde – CHOS/2015, tendo em vista o licenciamento do Defendente logo após a sua formação.

O suposto prejuízo decorre da alegação de que, em tese, a situação do Defendente estaria enquadrada nas disposições do art. 104, inciso II, da Lei nº 7.289/1984 (Estatuto da PMDF), segundo o qual, a **demissão** a pedido será concedida com indenização das despesas relativas à sua preparação e formação quando contar menos de 5 (cinco) anos de **oficialato**.

No julgamento nesta Corte de Contas, o Ilustre Conselheiro-Relator entendeu que o Defendente deve ser citado para que apresente defesa quanto ao suposto dever de ressarcir o valor total original de **R\$ 123.281,08 (cento e vinte e três mil, duzentos e oitenta e um reais e oito centavos)**.

Em suas razões, o i. Relator trouxe os seguintes argumentos, conforme trecho de seu voto, senão vejamos:

*“Portanto, em harmonia com o **MPC**, entendo que o ex-militar envolvido nas apurações deva ser citado pelo valor total original de **R\$ 123.281,08**, em especial porque:*

a) no que se refere à responsabilização do Agente:

- i. o caso vertente amolda-se, à perfeição, à situação debatida pelo TCDF nos autos de nº 00600-00007212/2020-00-e;*
- ii. em caso similar, o STF, no RMS 27072, mantendo entendimento exarado pelo Superior Tribunal de Justiça, decidiu pela obrigatoriedade do ressarcimento das despesas com sua formação de militar da Escola Naval que participou de curso de formação, deixando a corporação antes de sua nomeação para Segundo-Tenente¹¹;*
- b) em relação ao montante do débito:*
- i. conforme Decisão nº 1.001/2021, a exclusão de valores recebidos sob o amparo da Portaria Normativa nº 37/2017, do Ministério da Defesa, não se afigura possível, uma vez ausente norma recepcionadora, bem assim tratar-se de norma emitida em momento posterior ao desligamento do responsável, impedindo sua retroação, conforme alerta dirigido à PMDF (item III da referida Decisão)”.*

Ato contínuo, o TCDF proferiu a Decisão nº 3258/2021 (e-DOC 359B9FF0), no sentido de que o Defendente apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa quanto à indenização dos valores despendidos pela **Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF** em seu curso de formação, conforme disposição do artigo 104, inciso II, da Lei nº 7.289/1984, ou recolha ao erário distrital a importância de **R\$ 123.281,08** (em 10.10.2016, data da publicação no DODF do licenciamento), veja-se:

DECISÃO Nº 3258/2021

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da TCE, objeto do Processo SEI nº 0054-001536/2017; II - com fulcro no artigo 13, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994, ordenar a citação do Sr. RODRIGO PASTOR DA SILVA MENDONÇA, para que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, alegações de defesa quanto à indenização dos valores despendidos pela PMDF em seu curso de formação, conforme disposição do artigo 104, inciso II, da Lei nº 7.289/1984, ou recolha ao erário distrital a importância de R\$ 123.281,08 (em 10.10.2016, data da publicação no DODF do licenciamento), sendo que o indeferimento das alegações apresentadas poderá ensejar o julgamento irregular das contas, conforme previsto no artigo 17, inciso III, alíneas "b" e "c", da citada norma legal, assim como a aplicação de sanção pecuniária prevista no artigo 56 da citada LC, alertando o responsável de que os valores deverão ser atualizados até a data de seu adimplemento; III - autorizar o retorno do feito à Secretaria de Contas, para as providências de estilo.

Ocorre que, em que pese os argumentos do i. Conselheiro-Relator em seu voto, que culminou na decisão acima referida, a situação do caso concreto do Defendente não se enquadra nas disposições do art. 104, inciso II, da Lei nº 7.289/1984, razão pela qual não há que se falar em ressarcimento dos valores despendidos pela PMDF em seu curso de formação, conforme se verá adiante.

III- DO DIREITO**DA INAPLICABILIDADE DAS REGRAS DO ART. 104, II, DA LEI Nº 7.289/1984 AO PRESENTE CASO**

Como visto na síntese fática, o i. Conselheiro-Relator fundamentou seu voto com o argumento de que o presente caso supostamente se amolda à situação debatida pelo TCDF nos autos do processo nº 00600-00007212/2020-00-e, que tratou do ASP QOPM ALBERTO GUERRA DIAS.

Aduziu que se trata de caso similar ao discutido no STF, no RMS 27.072, no qual decidiu-se pela obrigatoriedade do ressarcimento das despesas com formação de militar da Escola Naval que participou de curso de formação, deixando a corporação antes de sua nomeação para Segundo-Tenente.

Por fim, alegou que, quanto ao montante do débito, não se aplica a Portaria Normativa nº 37/2017, do Ministério da Defesa, definindo o montante do débito no valor total original de R\$ 123.281,08.

Entretanto, suas razões não merecem prosperar, haja vista que o caso em tela não configura a situação disciplinada pelo art. 104, inciso II, da Lei nº 7.289/1984, bem como não guarda nenhuma similitude com o caso discutido no RMS 27.072.

Acerca da impossibilidade de impor a restituição ao erário, importante transcrever as normas previstas na Lei 7.289, de 18 de dezembro de 1984, alterada pela Lei nº 7.475 de 13 de maio de 1986, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências, as quais ratificam o fato de que na condição do Defendente, que era de **Praça Especial (aspirante)**, **não há que falar em indenização dos valores recebidos, pois a demissão a pedido não se aplica a Aspirantes-a-Oficiais PM**, *in verbis*

“SEÇÃO IV

Da Demissão

Art 103 - A demissão da Polícia Militar, **aplicada exclusivamente aos Oficiais**, se efetua:

I - A pedido; e

III - ex officio .

Art 104 - A demissão a pedido será concedida mediante requerimento do interessado:

I - sem indenização aos cofres públicos, quando contar mais de 5 (cinco) anos de oficialato na Polícia Militar, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo; e

II - com indenização das despesas relativas à sua preparação e formação, quando contar menos de 5 (cinco) anos de oficialato.

§ 1º - A demissão a pedido só será concedida mediante indenização de todas as despesas correspondentes, acrescidas, se for o caso, das previstas no item

II, quando o Oficial tiver realizado qualquer curso ou estágio, no país ou no exterior, e não tenham decorrido os seguintes prazos:

I - 2 (dois) anos, para cursos ou estágios de duração igual ou superior a 2 (dois) meses e inferior a 6 (seis) meses;

II - 3 (três) anos, para cursos ou estágios de duração igual ou superior a 6 (seis) meses e igual ou inferior a 18 (dezoito) meses;

III - 5 (cinco) anos, para cursos ou estágios de duração superior a 18 (dezoito) meses.” (Sem grifos no original)

Conforme se infere do artigo 15, §3º, da mesma lei, há igualdade de graduações entre Aspirantes-a-Oficial PM e Alunos da Escola de Formação de Oficiais Policiais-Militares, assim como há classificação como ***Praças Especiais*** sem estabilidade. Veja-se:

“Art 15 - Os círculos hierárquicos e a escala hierárquica na Polícia Militar são os fixados nos parágrafos e quadros seguintes.

§ 1º - Posto é o grau hierárquico do Oficial, conferido por ato do Governador do Distrito Federal e confirmado em Carta Patente.

§ 2º - Graduação é o grau hierárquico da Praça, conferido pelo Comandante-Geral da Corporação.

§ 3º - Os Aspirantes-a-Oficial PM e Alunos da Escola de Formação de Oficiais Policiais-Militares são denominados Praças Especiais.

§ 4º - Os graus hierárquicos inicial e final dos diversos Quadros de Oficiais e Praças são fixados, separadamente, para cada caso.

§ 5º - Sempre que o policial-militar da reserva remunerada ou reformado fizer uso do posto ou graduação, deverá fazê-lo com as abreviaturas respectivas de sua situação.” (Sem grifos no original)

Segue círculo e escala hierárquica na Polícia Militar:

CÍRCULO E ESCALA HIERÁRQUICA NA POLÍCIA MILITAR	
HIERARQUIZAÇÃO	POSTOS E GRADUAÇÕES
Círculo de Oficiais Superiores	Coronel PM Tenente-Coronel PM Major PM
Círculo de Oficiais Intermediários	Capitão PM
Círculo de Oficiais Subalternos	Primeiro-Tenente PM Segundo-Tenente PM

PRAÇAS ESPECIAIS	
Frequêntam o Círculo de Oficiais Subalternos	Aspirante-a-Oficial PM
Excepcionalmente ou em reuniões sociais, têm acesso ao Círculo de Oficiais.	Aluno-Oficial PM
CÍRCULO DE PRAÇAS	GRADUAÇÕES
Círculo de Subtenentes e Sargentos	Subtenente PM Primeiro-Sargento PM Segundo-Sargento PM Terceiro-Sargento PM
Círculo de Cabos e Soldados	Cabo PM Soldado PM 1ª. Classe Soldado PM de 2ª Classe

Nesse sentido, verifica-se que o referido Estatuto da PMDF traz um regramento diferenciado para as Praças, **incluindo a categoria das Praças Especiais e fazendo parte desse grupo os Aspirantes-a-Oficial PM**, pois, para eles são destinadas as regras de **licenciamento**, dispostas no **art. 109 e seguintes do Estatuto**, dentro da **Seção VI – Do Licenciamento** –, veja-se:

“SEÇÃO VI

Do Licenciamento

Art 109 - O licenciamento do serviço ativo, **aplicado somente às Praças**, se efetua:

- I - a pedido; e
- II - ex officio .

1º - O licenciamento a pedido poderá ser concedido às Praças de acordo com as normas baixadas pelo Comadante-Geral.

§ 2º - O licenciamento ex officio será aplicado às Praças:

I - por conveniência do serviço;

II - a bem da disciplina; e

III - por conclusão de tempo de serviço.

§ 3º - O policial-militar licenciado não tem direito a qualquer remuneração e terá a sua situação militar definida pela Lei do Serviço Militar.

§ 4º - o licenciado ex officio a bem da disciplina receberá o certificado de isenção do serviço militar, previsto na Lei do Serviço Militar.

Art 110 - O **Aspirante-a-Oficial PM** e as demais Praças que passarem a exercer cargo ou emprego público permanente, estranho á sua carreira e cuja função não seja de magistério, serão imediatamente **licenciados** ex officio , sem remuneração, e terão a sua situação definida pela Lei do Serviço Militar.” (Grifamos)

Veja que a própria publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, número 192, página 34, de 10/10/2016, é fundamentada com o artigo correto, qual seja, **artigo 109, inciso I, da Lei nº 7.289/1984** e defere o **licenciamento** a pedido para o aspirante:

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIAS DE 31 DE AGOSTO DE 2016.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 4º, da Lei Federal nº 6.450/1977, combinado com o artigo 3º, incisos I e VI, do Decreto Federal nº 7.165/2010, considerando a informação contida no Requerimento - Protocolo nº 155.982 de 29/08/2016 e Ofício nº 852/CMed/DSAP de 29/08/2016, RESOLVE: **LICENCIAR**, a pedido, das fileiras da Corporação o **ASP A OF RODRIGO PASTOR DA SILVA MENDONÇA**, matrícula 734.043-5, CPF nº 705.854.311-91, **com base no inciso I do artigo 109, da Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984**, alterada pela Lei nº 7.475/86, de 13 de maio de 1986 (Estatuto da PMDF). Em consequência, fica o licenciamento efetivado a contar de 31 de agosto de 2016. Publique-se em BCG.

MARCOS ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA

A essa altura, sem nenhum esforço interpretativo, percebe-se que é clarividente que o Defendente fora **licenciado** a pedido na **condição de Praça Especial**, nos termos do **inciso I do art. 109, da lei em comento**, conforme se encontra de forma expressa na Portaria de 31 de Agosto de 2016 da Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social, colacionada acima, e **NÃO** com base nos artigos 103, inciso I e 104, inciso II, da mesma lei, como pretende impor esta egrégia Corte de Contas.

Nesse sentido, cumpre trazer a Manifestação da Unidade Técnica, a i. 2ª Divisão de Contas, lavrado nos autos deste processo por meio da Informação nº 263/2020-SECONT/2ª DICONTE, segundo o qual, em síntese, o Defendente, à época de seu licenciamento era um **Praça Especial**, e **NÃO** um **Oficial**, não lhe sendo aplicável, portanto, a regra do art. 104 da norma em análise, que trata da indenização, somente aplicável aos Oficiais, nos termos do art. 103, “*caput*”, da mesma norma.

A 2ª Divisão de Contas, de forma clara, expôs que o presente caso se trata de situação que envolve a aplicação direta de dispositivo legal absolutamente claro e específico, de modo que não há lacunas, erros ou contradições na norma que demande um esforço interpretativo.

Assim, segundo seu entendimento, não pode o intérprete se valer dos processos de interpretação para violentar a norma, vilipendiando seus parâmetros objetivos, **razão pela qual não é lícito ignorar as diferenças estabelecidas pela lei para institutos distintos (Demissão e Licenciamento), cada qual para seus destinatários específicos, Oficiais e Praças, respectivamente**. Senão vejamos:

“INFORMAÇÃO Nº: 263/2020 – SECONT/2ª DICONTE

(...)

11. A situação dos autos se resume a identificar os corretos destinatários da regra prevista no art. 104, II, da Lei nº 7.289/1984.

Trata-se, pois, de uma questão de hermenêutica jurídica.

(...)

20. Volvendo ao caso vertente, verifica-se que a situação envolve a aplicação direta de dispositivo legal absolutamente claro e específico, não havendo lacunas, dubiedades, contradições ou erros no ordenamento jurídico a serem supridos, sopesados ou eliminados, quer sobre a própria lei, quer sobre a situação fática em si.

(...)

23. Isso, contudo, não autoriza, de forma nenhuma, que os parâmetros objetivos da norma sejam desprezados em nome do fim ao qual ela se destina, vale dizer, a indenização das despesas deve ser perseguida sim, sempre, mas nos casos, circunstâncias e situações que a lei especifica.

24. Não é dado ao intérprete, mesmo em nome do fim inteiramente legítimo ao qual a regra se destina, desconsiderar a moldura desenhada pelo texto normativo. A audácia do intérprete não pode chegar ao ponto de ele escolher, a seu bel prazer, qual dispositivo da lei irá respeitar e qual não.

25. Sob o ponto de vista gramatical ou filológico, não há qualquer dificuldade de entendimento do texto legal, que se revela absolutamente claro e objetivo.

26. Retratam os autos que o responsável, na data do seu licenciamento, e não demissão, ostentava a graduação, e não o posto, de Aspirante-a-Oficial, que é considerado pela Lei nº 7.289/1984 um Praça Especial.

Confira-se (grifos nossos):

Art. 15 - Os círculos hierárquicos e a escala hierárquica na Polícia Militar são os fixados nos parágrafos e quadros seguintes.

*§ 1º - **Posto é o grau hierárquico do Oficial**, conferido por ato do Governador do Distrito Federal e confirmado em Carta Patente.*

*§ 2º - **Graduação é o grau hierárquico da Praça**, conferido pelo Comandante-Geral da Corporação.*

*§ 3º - **Os Aspirantes-a-Oficial PM e Alunos da Escola de Formação de Oficiais Policiais-Militares são denominados Praças Especiais.***

27. Por isso mesmo, o ato do Comandante-Geral, corretamente publicado no DODF nº 192, de 10.10.2016, Seção 2, p.34, foi de licenciamento a pedido do militar, e não de demissão a pedido. Confira-se (grifos acrescidos):

*O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 4º, da Lei Federal nº 6.450/1977, combinado com o artigo 3º, incisos I e VI, do Decreto Federal nº 7.165/2010, considerando a informação contida no Requerimento - Protocolo nº 155.982 de 29/08/2016 e Ofício nº 852/CMed/DSAP de 29/08/2016, **RESOLVE: LICENCIAR, a pedido, das fileiras da Corporação o ASP A OF RODRIGO PASTOR DA SILVA MENDONÇA**, matrícula 734.043-5, CPF nº 705.854.311-91, com base no inciso I do artigo 109, da Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984, alterada pela Lei nº 7.475/86, de 13 de maio de 1986 (Estatuto da PMDF). Em consequência, fica o licenciamento efetivado a contar de 31 de agosto de 2016. Publique-se em BCG.*

MARCOS ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA

28. Note-se que o fundamento legal do ato fora o art. 109, I, que trata do licenciamento – aplicado somente aos Praças – e não o art. 103, I, que trata da demissão – aplicada exclusivamente a oficiais. Confira-se (grifos nossos):

(...)

29. Nesse contexto, não há esforço exegético que seja capaz de contornar a circunstância absolutamente objetiva de que, à época de seu licenciamento, o responsável era um Praça Especial, e não um Oficial, não lhe sendo aplicável, portanto, a regra do art. 104 – que trata das indenizações – somente aplicável aos Oficiais, nos termos do art. 103, *caput*.

30. Outrossim, irrelevante a circunstância de que na data do pedido de licenciamento o praça já reunia as condições para a promoção a oficial. O fato objetivo é que nesta data ele ainda era praça, e não oficial. Se requeresse o desligamento após a promoção, a situação jurídica seria outra, não havendo dúvida, portanto, que a data da promoção constitui marco temporal objetivo do início do dever de indenizar as despesas de preparação e formação.

31. Não pode o intérprete se valer dos processos de interpretação para violentar a norma, vilipendiando seus parâmetros objetivos. O esforço de interpretação há de ser compatível com a obra legislativa. Não é lícito ignorar as diferenças estabelecidas pela lei para institutos diferentes (Demissão e Licenciamento), cada qual com seus

destinatários específicos (Oficiais e Praças), previstos inclusive em Seções distintas do Capítulo II, Título VI da Lei nº 7.289/1984 (Seção IV e Seção VI).

32. Quisesse o legislador que as regras de desligamento da Corporação fossem as mesmas para Praças e Oficiais, não teria criado dois institutos distintos com regras diferentes (Demissão e Licenciamento). Ou seja, a vontade do legislador não se revela a partir de ilações ou suposições do intérprete, mas sim das evidências que emanam do próprio texto legal. (...)”

Por fim, a i. 2ª Divisão de Contas **concluiu que não podem “concordar com o encaminhamento proposto pela CTCE, por absoluta falta de amparo legal, na medida em que aos atos de licenciamento, previstos no art. 109 da Lei nº 7.289/1984, não se aplicam as regras do art. 104, por força da restrição imposta pelo art. 103, caput, da mesma lei”**. Em seguida, nos termos do art. 13, III, da Resolução nº 102/98, opinou **“pelo encerramento do feito, por ausência de prejuízo, com o consequente arquivamento dos autos (...)”**.

Nesse mesmo sentido, cumpre trazer o entendimento de precedente desta e. Corte de Contas (processo nº 1.197/19-e), o qual tratou-se de caso exatamente igual ao do presente processo, onde também houve instauração de Tomada de Contas Especial no âmbito da Polícia Militar do DF para apurar possível prejuízo ao erário decorrente do emprego de recursos públicos na formação de militar no Curso de Habilitação para Oficiais da Saúde – CHOS, com licenciamento voluntário logo após sua formação, deixando de cumprir o quinquênio de prestação de serviços previsto no art. 104, inciso II, da Lei nº 7.289/84.

No referido precedente, julgado em menos de um mês depois do caso em tela, esta Corte de Contas decidiu encerrar a Tomada de Contas Especial, **por ausência de prejuízo, visto que aos atos de licenciamento de Praças Especiais não se aplicam as regras do art. 104 da Lei nº 7.289/84 c/c art. 30, parágrafo**

único, da Lei nº 12.086/09, até que sejam incorporados ao quadro para o qual concorreram, conforme se verifica na ementa e voto do precedente, veja-se:

“Ementa: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. LICENCIAMENTO VOLUNTÁRIO DE CANDIDATO NA CONDIÇÃO DE PRAÇA ESPECIAL APÓS A CONCLUSÃO COM APROVEITAMENTO DO CURSO DE HABILITAÇÃO PARA OFICIAIS DA SAÚDE - CHOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO. ENCERRAMENTO.

1. A ocorrência de prejuízo é pressuposto necessário à continuidade das apurações em sede de contas especiais, sendo regular o encerramento do procedimento quando não houver a comprovação de dano suportado pela Administração Pública (art. 13, inciso III, da Resolução TCDF nº 102/98).

2. Aos atos de licenciamento de Praças Especiais não se aplicam as regras do art. 104 da Lei nº 7.289/84 c/c art. 30, parágrafo único, da Lei nº 12.086/09, até que sejam incorporados ao quadro para o qual concorreram mediante concurso público.

(...)

VOTO no sentido de:

a) considerar regular o encerramento da presente tomada de contas especial, por ausência de prejuízo, visto que aos atos de licenciamento de Praças Especiais não se aplicam as regras do art. 104 da Lei nº 7.289/84 c/c art. 30, parágrafo único, da Lei nº 12.086/09, até que sejam incorporados ao quadro para o qual concorreram;”

E nesses exatos termos foi proferida a Decisão nº 3550/2021, de 15 de setembro de 2021, de Relatoria do Conselheiro JOSÉ ROBERTO PAIVA MARTINS:

DECISÃO Nº 3550/2021

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas especial - TCE objeto do Processo SEI-GDF nº 0054-001163/2017-e (e-docs A39C0A4B-e, EA6AC6DD-e, 58497B45-e, 843F7F56-e e 36C5E48D-e); II - considerar, nos termos do art. 13, inciso III, da Resolução nº 102/98, regular o encerramento da tomada de contas especial em exame, por ausência de prejuízo, ordenando o consequente arquivamento dos autos; III - recomendar à PMDF que elabore estudos no sentido de verificar a viabilidade de se alterar a programação/calendário do Curso de Habilitação de Oficiais da Saúde - CHOS, bem como de outros cursos correlatos, visando evitar a realização de investimentos relevantes por parte da Corporação na preparação e formação de alunos enquanto estes ostentarem a graduação de praças especiais, minimizando, assim, os riscos de potencial desperdício dos recursos públicos investidos; IV - determinar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para a adoção das providências cabíveis e posterior arquivamento. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF.

É importante destacar as razões de decidir desse precedente paradigma, pois, segundo voto do i. Conselheiro-Relator JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, a imputação de débito demonstra-se juridicamente inviável, por ausência de relação entre a questão fática do caso e a prescrição normativa indicada no art. 104, II, da Lei 7.289/84.

Para tanto, o referido relator tornou explícito em seu voto que, em relação ao Aspirante-a-Oficial PM (Praça Especial), **não houve a sua inclusão na Organização Militar**, visto que esta somente se dará em momento posterior, após cumpridas as condicionantes legais, mediante **ato de incorporação**, privativo da autoridade competente, que ocorrerá após a **promoção** do Aspirante-a-Oficial PM para o Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Saúde, na forma do art. 20 da Lei nº 7.289/84.

Expondo o significado dos termos técnicos **inclusão, incorporação e matrícula**, com base no art. 20 Lei nº 7.289/84, artigos 20, 22 e 23 da Lei nº 4.375/64 (Lei do Serviço Militar), art. 3º, itens 20, 21, e 25 do Decreto nº 57.654/66, o relator do processo paradigma demonstrou em seu arrazoado que, em relação ao Aspirante-a-Oficial PM, **não houve a sua incorporação** na Organização Militar, sobretudo por

ter sido matriculado em Escola, Centro ou Curso de Formação de militar da ativa em que esteve vinculado para prestação de serviços em **períodos descontínuos**, em **horários limitados ou com encargos limitados** apenas àqueles necessários à sua formação, conforme excerto de seu voto, veja-se:

“32. Outrossim, verifica-se que a Lei nº 7.289/84 faz expressa distinção entre o “*ingresso na carreira policial militar*” e o “*ingresso nos quadros da PMDF*”, estabelecendo, **in verbis**:

“Art 20 - O ingresso na carreira de Oficial será por promoção do Aspirante-a-Oficial PM para o Quadro de Oficiais Policiais-Militares e, mediante concurso entre diplomados por faculdades civis reconhecidas pelo Governo Federal, para o Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Saúde.

Parágrafo único - Para os demais quadros previstos na Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal, o ingresso na carreira de Oficial será regulado por legislação específica ou peculiar.”

33. No que toca aos demais termos técnicos - **inclusão, incorporação e matrícula** - a Lei nº 4.375/64 (Lei do Serviço Militar) traz, expressamente, as seguintes definições:

“Art 20. Incorporação é o ato de inclusão do convocado ou voluntário em uma Organização Militar da Ativa das Forças Armadas.

[...]

Art 22. Matrícula é o ato de admissão do convocado ou voluntário em qualquer Escola, Centro, Curso de Formação de Militar da Ativa, ou Órgão de Formação de Reserva.

[...]

Art 23. Os convocados de que tratam os parágrafos do artigo anterior, embora não incorporados, ficam sujeitos, durante a prestação do Serviço Militar, às atividades correlatas à manutenção da ordem interna.” (grifei)

34. Outrossim, considerando a referência normativa expressa no art. 12 da Lei nº 7.289/847, cabe destaque ao teor do Decreto nº 57.654/66 (que regulamenta a Lei do Serviço Militar), que assim estabelece:

“Art. 3º Para os efeitos deste Regulamento são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

[...]

*20) **inclusão** - Ato pelo qual o convocado, voluntário ou reservista **passa a integrar** uma Organização Militar.*

*21) **incorporação** - Ato de **inclusão** do convocado ou voluntário em Organização Militar da Ativa, bem como em certos Órgãos de Formação de Reserva.*

[...]

*25) **matrícula** - Ato de **admissão** do convocado ou voluntário em Órgão de Formação de Reserva, bem como em certas organizações Militares de Ativa - Escola, Centro ou Curso de Formação de militar da ativa. **Toda a vez que o convocado ou voluntário for designado para matrícula em um Órgão de Formação de Reserva, ao qual fique vinculado para prestação de serviço, em períodos descontínuos, em horários limitados ou com encargos limitados apenas àqueles necessários à sua formação, será incluído no referido Órgão e matriculado, SEM, CONTUDO, SER INCORPORADO.** Quando o convocado ou voluntário for matriculado em uma Escola, Centro ou Curso de Formação de militar da ativa, ou Órgão de Formação de Reserva, ao qual fique vinculado de modo permanente, independente de horário, e com os encargos inerentes às organizações Militares da Ativa, será incluído e incorporado à referida Escola, Centro, Curso ou Órgão.” (grifei)*

35. Assim, conclui-se que a **matrícula** do candidato no curso inicial de carreira caracteriza o seu **ingresso** na Corporação na qualidade de **aluno** (na condição de Aspirante-a-Oficial Policial Militar, sob a denominação de Praça Especial), tornando-o **policial militar da ativa** para todos os efeitos, inclusive para contagem de tempo de serviço na PMDF, na forma do art. 119 da Lei nº 7.289/84; **todavia, não resulta na sua inclusão na Organização Militar**, visto que esta somente se dará em momento posterior, após cumpridas as condicionantes legais, mediante ato de **incorporação**, privativo da autoridade competente (**in casu**, após a **promoção** do Aspirante-a-Oficial PM para o Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Saúde, na forma do art. 20 da Lei nº 7.289/84).” (Grifos originais)

O citado relator destacou ainda, que o art. 30 da Lei nº 12.086/09 disciplina que a obrigação de indenizar, prevista no art. 104 da Lei nº 7.289/84 exclusivamente para Oficiais, está estendida também para as Praças. No entanto, expõe o relator que o tema foi tratado pelo legislador no Capítulo III daquela lei, denominado **DA INCLUSÃO**. Assim, ressaltou que o legislador delimitou a extensão da obrigação de indenizar aos policiais militares, Oficiais e Praças, **efetivamente incluídos nos postos e graduações iniciais de cada Quadro**.

Desse modo, concluiu que os Aspirantes-a-Oficial PM (Praças Especiais) **não foram alcançados** pela extensão da obrigação de indenizar contida no art. 104 da Lei nº 7.289/84, posto que, conforme demonstrado, o ato de admissão das Praças Especiais, denominado matrícula, **não resulta na sua inclusão na Organização Militar, porquanto esta se dará somente por ocasião do ato de incorporação**.
Veja-se:

“38. Com a edição da Lei nº 12.086/098, a obrigação de indenizar, prevista no art. 104 da Lei nº 7.289/84 exclusivamente para Oficiais, foi estendida a Praças, na forma do art. 30 da citada norma, **in verbis**:

*“Art. 30. A **inclusão nos postos e graduações iniciais** de cada Quadro de Oficiais e Praças da Polícia Militar do Distrito Federal está condicionada ao atendimento das exigências legais.*

*Parágrafo único. **Aplicam-se a todos os policiais militares, licenciados ou demitidos a pedido, as indenizações especificadas no art. 104 da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984.**”*

39. O tema foi tratado pelo legislador no Capítulo III da Lei nº 12.086/09, denominado: **“DA INCLUSÃO”**.

40. Assim, importa realçar que o legislador, antes de estender a obrigação de indenizar prevista no art. 104 da Lei nº 7.289/84 *“a todos os policiais militares, licenciados ou demitidos”* (conforme parágrafo único do art. 30 da Lei nº 12.086/09), **delimitou que a regra abrange policiais militares, Oficiais e Praças, incluídos nos postos e graduações iniciais de cada Quadro de Oficiais e Praças da Polícia Militar do Distrito Federal, conforme dispõe expressamente o **caput** do art. 30 da Lei nº 12.086/09.**

41. Logo, estão automaticamente excluídos os Praças Especiais, pois, conforme já explicitado alhures, o **ingresso do candidato** na Corporação como aluno de curso inicial de carreira da PMDF embora o enquadre como policial militar da ativa, mediante ato de **admissão** denominado **matrícula**, **não resulta na sua inclusão na Organização Militar**, que se dará somente por ocasião do ato de incorporação.

42. Portanto, a obrigação contida no art. 104 da Lei nº 7.289/84, embora tenha passado a alcançar Praças, por força do parágrafo único do art. 30 da Lei nº 12.086/09, NÃO ALCANÇA PRAÇAS ESPECIAIS.

(...)

45. No que toca ao caso em tela, o documento denominado “Análise do Custo da Formação por Aluno do Curso de Oficiais de Saúde (CHOS) 2016” (Processo nº 054.001.163/2017, fls. 30 a 43 – e-doc 58497B45-e, fls. 59/85), traz as seguintes informações:

“[...] a diretriz do CHOS/2016 é o Plano de Curso, e aqui será considerado o PLANO DE CURSO aplicado ao mesmo, cuja versão final foi assinada pelo Comandante da APMB em primeiro de fevereiro de 2016. O curso teve a duração de 21 semanas letivas sendo:

- *06 (seis) semanas de período integral com **10 (dez) horas diárias** num total de 280 (duzentos e oitenta) horas, pois na sexta-feira são contabilizadas **apenas 05 (cinco) horas, visto que as atividades são realizadas no período matutino somente.***

- ***14 (quatorze) semanas de período parcial com 05 (cinco) horas diárias, totalizando 330 (trezentos e trinta) horas.***

Temos, portanto, $280 + 330 = 610$ (seiscentos e dez) horas de atividades relacionadas ao Curso de Habilitação, número este que representa exatamente a quantidade de horas previstas na Matriz Curricular do Curso. A seguir temos a Matriz Curricular:

(...)

46. Observa-se que, na forma do Decreto nº 57.654/66, o vínculo do candidato matriculado com a PMDF se deu em **períodos descontínuos**, em **horários limitados** e com **encargos limitados apenas àqueles necessários à sua formação**, sendo inequívoco que o Aspirante-a-Oficial QOPMS foi **incluído** na Academia da PMDF, mediante ato de admissão denominado matrícula, **sem, contudo, ser incorporado**, encontrando-se,

assim, excluído da regra contida no parágrafo único do art. 30 da Lei nº 12.086/09.

No que tange ao julgado da Primeira Turma do excelso STF (RMS 27.072/DF), utilizado como um dos fundamentos da **Decisão 3258/2021**, ora combatida, nota-se que não se trata de caso nem mesmo similar ao apresentado no presente processo.

No precedente desta Corte de Contas, processo nº 1.197/19-e, já mencionado anteriormente, o seu relator trouxe com propriedade, a exorbitante diferença entre o julgado da c. Primeira Turma do STF e o caso do policial militar discutido nesta Corte.

Em suas razões, o relator do processo nº 1.197/19-e deixou claro que, no RMS nº 27.072/DF, “a Suprema Corte analisou a situação fática de aluno de graduação em nível superior na Escola Naval, com duração de 4 anos, cuja **formação de habilidades e conhecimentos não poderia ser alcançada por outras formas ou em outras instituições de ensino.**” Já no caso tratado no TCDF, “trata-se de aprovado em concurso público da PMDF que, ao se matricular no CHOS da PMDF, **já era graduado em Medicina** e, após concluir com aproveitamento o Curso de Habilitação de Oficiais de Saúde – CHOS, **de duração inferior a 6 meses**, solicitou seu licenciamento da Corporação, desistindo de assumir o cargo para o qual concorria”.

Assim, como bem aduziu o relator do precedente desta Corte de Contas, observa-se que a situação apreciada no RMS nº 27.072/DF, **ao contrário do caso ora examinado**, amolda-se à **parte final** do item 25 do art. 3º do Decreto nº 57.654/66, o qual preconiza que “quando o convocado ou voluntário for matriculado em uma Escola, Centro ou Curso de Formação de militar da ativa, ou Órgão de Formação de Reserva, ao qual fique vinculado de modo **permanente, independente de horário, e**

*com os encargos inerentes às organizações Militares da Ativa, será **incluído e incorporado** à referida Escola, Centro, Curso ou Órgão.”*

Ademais, **diferentemente da lide objeto do RMS nº 27.072/DF**, que tratou de aluno de graduação de nível superior da Escola Naval com duração de 4 (quatro) anos, **no presente caso o curso realizado não traz incremento curricular ao aluno**, pois cuida-se de curso de habilitação com simples objetivo de aferir adaptabilidade dos candidatos aprovados ao exercício do cargo, **sem agregar qualquer titulação ao aluno matriculado e com duração de apenas 6 (seis) meses.**

Nessas circunstâncias, fica evidente não ser o precedente da c. Primeira Turma do STF um bom guia para se decidir sobre o tema em debate.

Cumprе destacar, que a lide do Aspirante-a-Oficial PM debatido no processo nº 1.197/19-e, mencionado alhures, gira em torno de aprovação no mesmo concurso público em que o Defendente do caso em tela foi aprovado, qual seja, Concurso Público de Admissão ao Curso de Habilitação de Oficiais de Saúde, regido pelo Edital Normativo nº 13/2012-DGP/PMDF, publicado no DODF de 15/05/2012. Ambos concluíram o Curso de Habilitação no mesmo dia, **22/08/2016**.

A única diferença está na data do deferimento do licenciamento a pedido, pois, o Defendente Rodrigo Pastor da Silva Mendonça, do presente processo, teve seu pedido de licenciamento deferido em **31/08/2016**, isto é, **apenas três dias úteis após a conclusão do curso**, conforme Portaria do Comandante-Geral da PMDF, publicada no DODF nº 192, de 10/10/2016. No entanto, como visto, apesar de participarem do mesmo processo seletivo, com circunstâncias extremamente semelhantes, os Aspirantes obtiveram decisões distintas deste e. Tribunal de Contas.

Ademais, cumpre frisar que, à luz do *caput* do art. 37 da Constituição Federal de 1988, a atuação da Administração Pública encontra-se limitada pelo **princípio da legalidade**, sendo-lhe permitido atuar apenas **nos limites da lei**, sem margem para inovar o ordenamento jurídico mediante simples ato administrativo oriundo de uma interpretação *extra legem*.

Portanto, restou claro que, aos Praças Especiais, é aplicado o ato de licenciamento previsto no art. 109 da Lei nº 7.289/1984, porquanto ainda não foram incorporados ao quadro da PMDF para o qual concorreram. Logo, não se aplicam as regras do art. 104, sobretudo pela restrição imposta pelo art. 103, “caput”, da mesma lei.

EM OUTRAS PALAVRAS, UMA VEZ QUE O MÉDICO, ORA DEFENDENTE, NÃO ATINGIU O OFICIALATO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM DEVER DE INDENIZAR.

Assim, pugna o Defendente pelo acolhimento de suas alegações de defesa, para afastar qualquer dever de restituição de valores ao erário, sob pena de violação os artigos 109; 104, II; 103, “caput”, todos da Lei nº 7.289/1984; os dispositivos da Lei nº 4.375/64 e do Decreto nº 57.654/66 citados anteriormente, bem como o direito assegurado pela Constituição Federal de observância ao **Princípio da Legalidade**, inserido no art. 37 da Lei Maior.

DA IRREPETIBILIDADE DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ E DE NATUREZA ALIMENTAR

É inarredável que o Defendente possuía a justa expectativa de que não haveria necessidade de indenizar os valores recebidos com base em orientação verbal, bem como em razão de **não ter atingido o oficialato, condição necessária para que se exija a restituição.**

Ademais, insta ressaltar que não há no presente feito qualquer sinal ou indício de que o Defendente tenha recebido o numerário de maneira ardilosa ou por subterfúgio. Ao contrário, demonstram os argumentos acima expendidos que o aspirante participou do curso de formação na estrita boa-fé e recebeu os valores por entender efetivamente devidos a ele na condição de aluno, não gerando prejuízo ao órgão.

Além disso, impossível ainda ignorar a existência do **princípio da irrepetibilidade das verbas de caráter alimentar**, pois, conforme já dito, os valores em apuração serviram para o Defendente garantir seu próprio sustendo no decorrer do curso de formação.

Portanto, exigir a devolução de tais valores é descabido, principalmente se levado em consideração o equívoco da Administração Pública e a boa-fé objetiva do defendente.

Por conseguinte, importante colacionar o entendimento firmado pelo c. Superior Tribunal de Justiça acerca da **irrepetibilidade de valores recebidos de boa-fé e de caráter alimentar**, tanto para os casos de erro administrativo (Tema 1009-STJ), quanto para os casos de interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração (Tema 531-STJ), veja-se:

“6. Tese representativa da controvérsia fixada nos seguintes termos: Os pagamentos indevidos aos servidores públicos decorrentes de erro administrativo (operacional ou de cálculo), não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração, estão sujeitos à devolução, **ressalvadas as hipóteses em que o servidor, diante do caso concreto, comprova sua boa-fé objetiva, sobretudo com demonstração de que não lhe era possível constatar o pagamento indevido.**

9. Recurso especial conhecido e não provido. Julgamento submetido ao rito dos Recursos Especiais Repetitivos.

(REsp 1769306/AL, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/03/2021, **DJe 19/05/2021**)” (Grifei)

“ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. RECEBIMENTO DE VALORES INDEVIDOS. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. BOA-FÉ. DEVOLUÇÃO. DESCABIMENTO. REPETIÇÃO DO MONTANTE INDEVIDAMENTE DESCONTADO A TÍTULO DE REPARAÇÃO AO ERÁRIO.POSSIBILIDADE.

I - A jurisprudência desta Corte Superior se consolidou no sentido de que é incabível a devolução de valores recebidos de boa-fé pelo servidor público se o pagamento resultou de erro da administração. Essa solução é aplicável mesmo se o equívoco for consequência de erro de cálculo ou falha operacional.

II - A restituição dos valores que porventura já tenham sido descontados é decorrência lógica do reconhecimento de que o desconto é indevido.

III - Recurso especial provido.

(REsp 1758037/CE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/03/2019, **DJe 27/03/2019**)”. (Grifei)

Nesse mesmo sentido é a jurisprudência do egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme excerto da ementa abaixo. Veja-se:

“ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL. GRATIFICAÇÃO POR CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO - GCET. PAGAMENTO INDEVIDO. RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO. INVIABILIDADE. RECEBIMENTO DE BOA-FÉ, VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. ENUNCIADO Nº 249 DO TCU. RECURSO REPETITIVO. RECURSO PROVIDO.(...)

2. Os valores recebidos indevidamente pelo servidor público, mas de boa-fé, em decorrência de equívoco praticado pela Administração Pública, não são passíveis de restituição, notadamente quando referidas verbas ostentam caráter alimentar. (...)

4. Seja pela própria natureza da verba de caráter alimentar, seja pela boa-fé em seu recebimento, reputa-se ilegal o ato administrativo que determina a devolução das parcelas pagas ao servidor. 4.1. No mesmo

sentido, é o entendimento prevalente nesta Corte: "[...] 2. A boa-fé isenta o servidor público da obrigação de restituir os valores indevidamente lançados em sua folha de pagamento, por não haver concorrido para o erro do órgão pagador. 3. Os valores recebidos indevidamente pelo servidor público, em decorrência de erro da Administração Pública, mas de boa-fé e que tenham natureza alimentar, não são passíveis de restituição. 4. Recurso de Apelação conhecido e provido". (1ª Turma Cível, APC nº 2015.01.1.049338-6, relª. Desª. Nídia Corrêa Lima, DJe de 27/4/2017, pp. 350/364).

5. Enfim. "Dessa forma, a gratificação foi recebida em decorrência de ato espontâneo da administração, não havendo qualquer decisão judicial que a obrigasse. Assim, há de se reconhecer que a percepção do benefício decorreu de ato administrativo, revestido de boa-fé, não havendo que se falar em restituição, até pelo seu caráter alimentício" (Dr. Jair Meurer Ribeiro, Procurador de Justiça). 5. Recurso conhecido e provido.

(Acórdão 1138265, 20180110200823APC, Relator: JOÃO EGMONT, 2ª TURMA CÍVEL, data de julgamento: 14/11/2018, publicado no DJE: 21/11/2018. Pág.: 292/313)" (Grifamos)

Desse modo, ante os entendimentos firmados nos Temas Repetitivos nº 531 e 1009 do c. STJ e na jurisprudência do egrégio TJDF, resta impossibilitada a devolução dos valores em questão haja vista a sua **natureza alimentar** e a **boa-fé** do Defendente.

DAS MUDANÇAS DURANTE O CURSO QUE IMPACTARAM NA DECISÃO DE PEDIR O LICENCIAMENTO

Imperioso destacar que, durante o curso, houveram importantes mudanças que impactaram no pedido de licenciamento, quais sejam:

1. **Aumento do período de curso integral** de 6 (seis) semanas para 7 (sete) semanas, **prejudicando as atividades programadas previamente**, sejam atividades profissionais ou pessoais;
2. A **falta de planejamento da jornada do curso** (horários de entrada e saída) e **escalas de atividades extras** (sempre divulgadas em cima da hora), prejudicando a programação em outras áreas fora da PMDF;
3. **Falta de perspectiva de atuação nas respectivas áreas e precariedade do exercício das subespecialidades contratadas** (especialidades médicas) previstas em edital de admissão ao CHOS, principalmente para áreas de cirurgias (cirurgião e anestesista), bem como suporte de exames complementares laboratoriais e imagem (uma vez que estavam sendo racionados na PMDF mediante ordens superiores) e suporte de Unidade de Terapia Intensiva - UTI (inexistente no centro clínico da PMDF). Dessa forma, falta de pré-requisitos para estruturação hospitalar e exercício de algumas especialidades;
4. Promessa feita verbalmente de que uma OS faria a gestão do centro clínico médico da PMDF, que estruturaria o hospital para seu funcionamento pleno, assim podendo cada especialista exercer suas atividades, sendo elas clínicas e cirúrgicas. Este fato retardou a saída de muitos colegas do defendente (médicos alunos do curso), pela falsa perspectiva gerada. Ao final do curso, o comandante do departamento de saúde (DSAP) em reunião, realizada dia 26 de julho de 2016 (período noturno), declarou que a PMDF não detinha de recursos financeiros para a contratação da OS e finalização do projeto de funcionamento do centro clínico, deixando todos

preocupados e frustrados com a perspectiva ruim de trabalho;

5. Na mesma reunião com comandante da DSAP, comunicou-se que haveria 3º turno no centro clínico da PMDF de forma extra e não contabilizada na escala semanal a partir do dia 15 de agosto de 2016. Ou seja, além dos 5 períodos de trabalho habitual, haveria mais 2 turnos extras noturnos para atendimentos gerais inclusive de clínica geral (para todos os especialistas, mesmo não sendo da área). Deixando todos os médicos tensos com tantas mudanças ao longo do curso; e
6. Após a reunião com o chefe da DSAP, vários colegas do Defendente cogitaram pedir o licenciamento ainda durante o curso de habilitação. Ao saber deste movimento, o coordenador do curso, Cap. Roepke, acompanhado do sub-comandante da escola de oficiais da PMDF, Cap. Diogo, afirmaram em sala de aula, na presença de todos os alunos, que **não se preocupassem com a possibilidade de ressarcimento do erário com os custos do curso, porque os alunos ainda seriam aspirantes-a-oficial ao final do curso (pois não haveria promoção a segundo-tenente na colação de grau)**, embasado pelos dispositivos legais do estatuto.

As circunstancias acima apresentadas, também relatadas na fase interna da tomada de contas do processo nº 1.197/19-e, demonstram que a desistência do Defendente, bem como de outros candidatos, não se deu em virtude de desídia ou má-fé, mas por decorrência de falhas da própria Administração Pública, seja na ordem de falta de perspectiva de atuação na área da especialidade para qual concorreram seja pelas restrições estruturais.

IV- DA CONCLUSÃO E PEDIDOS

Por todo o exposto, consoante a fundamentação que integra a presente peça, verifica-se que **não ocorreu a promoção** do Aspirante-a-Oficial PM, ora Defendente, para o Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Saúde, ou seja, **não houve o ato de incorporação**. Sendo assim, o Defendente ostentou a condição de **Praça Especial**, e não a de Oficial ou Praça de carreira. Ademais, incabível a restituição de verbas recebidas de boa-fé e de caráter alimentar, razão pela qual requer-se:

- a) O encerramento da Tomada de Contas Especial, por ausência de prejuízo, visto que aos atos de licenciamento de Praças Especiais, previstos no art. 109 da Lei nº 7.289/1984, não se aplicam as regras do art. 104 da mesma lei, até que sejam incorporados ao quadro para o qual concorreram; e
- b) Que seja reconhecida a ilicitude da cobrança, de modo a obstaculizar qualquer desconto e cobrança a título de dever de indenizar os custos do curso de formação por parte de aspirante licenciado voluntariamente.

Nesses termos,
Pede deferimento.

Brasília/DF, 19 de janeiro de 2022

Juliana Almeida Barroso Moreti
OAB/DF 21.249